

REVISTA DE GEOGRAFIA



PPGEO

Programa de Pós-Graduação
em Geografia ufjf

A FACE DA VIOLÊNCIA NA PEQUENA CIDADE DE ITAMBARACÁ, NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

THE FACE OF VIOLENCE IN THE SMALL TOWN OF ITAMBARACÁ, NORTH OF THE PARANÁ STATE

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Docente de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Avenida Portugal, 340, Centro, CEP: 86.300-00, Cornélio Procópio (PR)
E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

Marcelo Mattos Júnior

Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Rodovia Celso Garcia Cid – Km 380, CEP: 86.057-970, Londrina (PR)
E-mail: marcelmattos250@gmail.com

Resumo

A violência tem encontrado terra fértil para se disseminar na sociedade contemporânea, tornando-se presente no cotidiano brasileiro e assumindo tipologias e formas diferentes. Nesse sentido, tem-se uma diferente mensuração da violência, inclusive no que tangencia o espaço urbano e as estratégias sociais frente a essa realidade. Além disso, os diversos tipos de violência ocorrem em diferentes contextos, âmbitos e escalas. No caso das pequenas cidades, os dados mostram-se mais preocupantes pela questão demográfica, pela sociabilidade e por muitas apresentarem índices alarmantes. Logo, o presente trabalho tem como objetivo abordar e analisar a violência, pelos tipos mais recorrentes, na pequena cidade de Itambaracá, localizada no Norte do Estado do Paraná. Para isso, foram realizadas análises bibliográficas, levantamentos de dados do município e realização de trabalho de campo para compreender as faces da violência na pequena cidade. Os resultados demonstram que a face da violência em Itambaracá se volta para os casos de homicídios, furtos, roubos e agressões.

Palavras-chave: Violência. Tipologia de violências. Pequenas cidades. Norte do Paraná.

Abstract

Violence has found fertile land to spread in contemporary society, becoming present in the Brazilian daily and assuming typologies and different forms. Thus, there is a different measure of violence, moreover in what regards the urban space and the social strategies face to this reality. In addition, the various types of violence occur in different contexts, scopes and scales. In the case of small towns, they data are more worrying due to demographic, sociability and many alarming rates. Wherefore, this paper aims to analyzing the violence, by the recurrent types, in small town of Itambaracá, North of Paraná State. As such, the purpose of this paper is to present in what way it can intervene in society, since it impacts different areas in different ways and it is investigated by various authors who are dedicated to understand its synthesis. The results demonstrate that the face of violence in Itambaracá turns to the case of homicides, theft, steal and aggression.

Keywords: Violence. Violence typology. Small cities. Urban space. North of Paraná.

1. Introdução

Atualmente, é visível que a violência encontra-se nos mais variáveis espaços, desde as metrópoles até as pequenas cidades. Igualmente, tem-se observado a sua ascendência, se fazendo presente na vida de inúmeras pessoas, de diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, compreende-se que a violência atinge diversos países e considerável parcela da população mundial, indiferente ao nível de desenvolvimento e à centralidade.

Assim, a violência tem encontrado terra fértil para se disseminar na sociedade contemporânea, ou seja, tornou-se presente no cotidiano brasileiro, assumindo tipologias e formas diferentes. Nesse sentido, tem-se uma distinta mensuração da violência, inclusive no que tangencia o espaço urbano e as estratégias sociais frente a essa realidade. Logo, pode ser observada em diferentes escalas e âmbitos, inclusive nas pequenas cidades e na área rural, as variadas e recorrentes formas de violência que envolvem o cotidiano social.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é compreender os tipos mais recorrentes da violência, chamados por faces, que ocorrem na pequena cidade de Itambaracá, no Norte do Estado do Paraná. Já os objetivos específicos são: (i) entender o contexto histórico, político e social da consolidação do município de Itambaracá; (ii) avançar teoricamente acerca do conceito de violência e das tipologias de violência mais recorrentes na literatura; e, (iii) demonstrar as violências que se destacam em Itambaracá a partir da materialização concreta da violência.

Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa foram: levantamento bibliográfico de artigos, teses, dissertações, documentos e livros para a construção teórica da pesquisa, levantamento de dados secundários acerca do município de Itambaracá, realização de trabalho de campo na pequena cidade por meio de registro fotográfico e aplicação de questionário na população local, visando identificar a existência da violência e quais os tipos mais recorrentes na cidade e, por fim, a elaboração de materiais cartográficos, como gráficos e tabelas, além da redação final deste artigo.

O trabalho de campo em Itambaracá ocorreu no centro da pequena cidade em setembro de 2016. Para a definição da amostragem dos questionários, utilizou-se a metodologia de Fernandes (2012) que considera para a amostragem dos questionários 1% da população total com 18 anos ou mais de idade. A partir disso e da população total com 18 anos ou mais de idade ser, segundo o IBGE (2010), de 4.887, foram aplicados 50 questionários na população local de Itambaracá, respeitando a proporção das faixas etárias a partir da pirâmide etária do município, segundo IBGE (2010).

É fundamental esclarecer que a escolha do município ocorreu após o levantamento do número de homicídios em todas as cidades da Mesorregião Norte Pioneira paranaense, entre 1996 e 2013, a partir da base de dados do DataSus/Sim. Esses homicídios foram adaptados, proporcionalmente à população absoluta de cada município, gerando as taxas de homicídios em grupo de cem mil pessoas. Assim, entre os 46 municípios, Itambaracá ficou em primeiro lugar.

O município de Itambaracá está localizado no Norte Pioneiro do Estado do Paraná, como pode ser observado na Figura 1. O município têm 6.759 habitantes, área de 207 quilômetros quadrados e está a 430 quilômetros de Curitiba (IBGE, 2010).

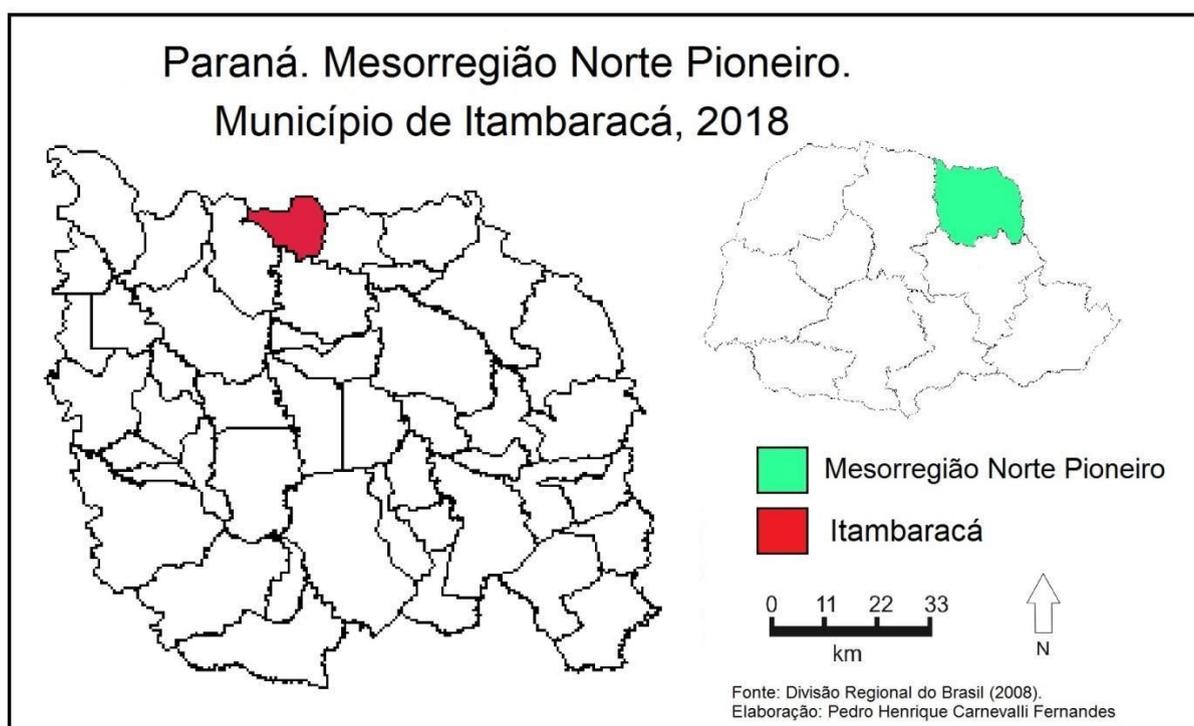


FIGURA 1. Paraná. Localização do município de Itambaracá. Fonte: Adaptado de IBGE (2008)

O histórico da área onde se encontra o atual município de Itambaracá se iniciou em 1860, a partir do rio Itararé, com a chegada de fazendeiros paulistas e mineiros para a atividade cafeeira (ITAMBARACÁ, 2016). Assim, as fazendas escoavam a sua produção para o Estado de São Paulo, que desempenhou forte influência na região; as técnicas e práticas também eram paulista. Então, a Prefeitura Municipal de Jacarezinho dividiu uma área de 35 alqueires de terra às margens do córrego Jaborandi e começou o loteamento do povoado, que recebeu o nome de Jaborandi e que mais tarde se tornou o município de Itambaracá (ITAMBARACÁ, 2016).

Em 1904, Jaborandi deixou de pertencer à Jacarezinho e passou a integrar o recém-criado município de Cambará. Assim o povoado permaneceu por quase quarenta anos! Em 1943, Jaborandi foi elevado à condição de Distrito, porém pertencendo ao recém-criado município de Andirá. Nessa mudança de Cambará para Andirá e da condição de povoado para distrito, ele alterou o seu nome para Itambaracá, que significa “pedra do amor” em linguagem indígena; a mudança de nome ocorreu porque se descobriu que existia um povoado no interior de São Paulo que já possuía o nome de Jaborandi. (ITAMBARACÁ, 2016).

Apenas em 1955 que o distrito conseguiu sua emancipação política, por meio do Decreto-lei Estadual nº 32, chegando à condição de município após o desmembramento de Andirá e com dois distritos: Itambaracá (sede) e São Joaquim do Pontal (ITAMBARACÁ, 2016). A posse do primeiro prefeito e a instalação do município ocorreram no dia 30 de Janeiro de 1955, sendo que a data é comemorada até os dias atuais como dia da Emancipação Política do Município (ITAMBARACÁ, 2016). A Figura 2 apresenta uma imagem panorâmica da pequena cidade de Itambaracá com a igreja matriz se destacando como a edificação mais vertical.



FIGURA 2. Itambaracá (PR). Vista parcial da cidade. Fonte: Itambaracá (2016)

Esta pesquisa está fundamentada e estruturada em três partes, além da introdução, considerações finais e referências: a primeira trata da discussão teórica acerca do conceito de violência; a segunda parte aborda de que forma a violência atinge as pequenas cidades,

ou seja, avança acerca das tipologias de violência; e, finalmente, a terceira apresenta as manifestações da violência na pequena cidade paranaenses de Itambaracá a partir da realização do trabalho de campo e, por conseguinte, do olhar dos respondentes.

2. A questão social da violência

Os estudos acerca da violência e do crime vêm aumentando e se tornando alvo de pesquisas por inúmeras abordagens, tanto pelo conhecimento científico, quanto pelos meios de comunicação, que enfatizam, predominantemente, questões do cotidiano relacionadas ao crime e ao medo (SORIANO, 2007).

As maiores justificativas para o estudo científico da violência urbana estão estampadas nas manchetes de jornal. Estão presentes no expressivo número de seguranças privados, que já ultrapassa o contingente policial. Estão por trás da crescente indústria de blindagem de automóveis, na maneira reticente e esquivada com a qual convivemos nos espaços públicos, e na fortificação das nossas residências. (DINIZ; RIBEIRO, 2005, p. 79).

Na Geografia, a discussão acerca da violência também vem ganhando espaços nos estudos acadêmicos, especialmente considerado como um problema urbano e social de muita gravidade. Logo, percebe-se que a violência se problematiza no contexto social mundial, estando inserida nos diferentes âmbitos da sociedade, atingindo praticamente a tudo e a todos (SORIANO, 2007). Nesse caso, a percepção do medo da violência e do crime modifica, de forma significativa, o cotidiano das pessoas (SORIANO, 2007). No caso das pequenas cidades, a violência já atinge esses espaços com intensidade até maior que de muitas metrópoles e cidades médias, como foi comprovado pela tese de Fernandes (2017).

Até pouco tempo podia-se afirmar que a insegurança era uma exclusividade das capitais e das grandes cidades. Porém, o que se observa na atualidade é uma migração dos crimes e da violência, principalmente para as cidades de médio porte. Entretanto, com certa perplexidade, verifica-se que eles atingem também e, cada vez mais, as pequenas cidades. (SORIANO, 2007, p.16).

Alguns autores trazem algumas pontuações acerca da definição da violência e de como ela afeta a sociedade atual:

A temática da violência é extremamente variada e diversificada. Por isto, apresenta vários significados, podendo ser física ou psicológica, em diferentes graus de intensidade. Estes podem apresentar diferenciações de acordo com as pessoas, suas formações, seus valores e percepções, e o contexto em que o ato violento está inserido. (SORIANO, 2007, p. 13).

Já Rifiotis (1999) aponta que a violência é uma palavra singular e, pelo fato de ser amplamente utilizada, se tornou familiar e, portanto, de desnecessária definição, pois é um artefato que sempre está disponível para receber novos significados e situações. Misse (2003), em contrapartida, salienta que a violência deve ser desmembrada para que as análises contemplem todos os fatos de maneira específica, ou seja, “[...] nós temos que começar a desmembrar esse tema da violência urbana; não é possível mais essa unificação imaginária de tantos fatos diversos num único conceito” (MISSE, 2003, p. 19). Portanto, ele critica o fato da academia tratar a violência como “um sujeito difuso o que na verdade é uma miríade de eventos, circunstâncias e fatores” (MISSE, 2003, p. 19).

De fato, a violência é tratada de maneira unificada na sociedade e não recebe a devida atenção específica. Por isso, este trabalho aborda as faces da violência, sem unificar tudo na mesma problemática.

Uma consequência dessa unificação é a própria negação da sociabilidade. Dessa forma, compreende-se que a violência por vezes é mascarada na sociedade e se torna invisível, sendo utilizada com um objetivo em específico, visando alcançar algo, mas por vezes esse objetivo não é enfatizado (BEZERRA JÚNIOR, 2003).

[...] violência existe como uma unidade exterior ao campo social; ela é a própria negação da sociabilidade. O mal estar da sociedade é produto da busca de construir um mundo onde a “parte maldita” da vivência social ceda seu lugar ao pleno domínio da razão. (RIFIOTIS, 1999, p. 28).

A violência é uma expressão para descrever uma situação, quando emprega-se essa palavra, normalmente, a usa para acusar alguém, ou seja, para fazer uma acusação social (MISSE, 2003). Com isso, Sodré (2003) dividiu a violência em dois tipos: a primeira é a violência imposta pelo Estado, ou seja, aquela em que ele ordena, utilizando de seus aparelhos e articulações políticas, dos órgãos burocráticos e do serviço público – é a violência invisível; a segunda violência é aquela visível, que se utiliza da força desordenada, sendo a violência onde estão inseridos homicídios, assaltos, massacres, delinquência e marginalidade. Os crimes e a violência urbana vêm crescendo e ganhando território, gerando preocupação nos diversos setores da sociedade.

A violência urbana e a sua prevenção são temas cada vez mais presentes no nosso cotidiano e com evidências de continuar a ser uma das maiores preocupações da sociedade moderna, particularmente de países com um passado histórico de dependências externas, como o Brasil, com elementos naturais de desigualdades desde a escravidão até a atual convivência da miséria com a opulência dos centros urbanos. (FELIX, 2008, p. 3).

O problema da violência tem se tornado cada vez mais familiar na sociedade e desse modo se torna mais difícil torná-la um objeto de reflexão (BEZERRA JÚNIOR, 2003).

Portanto, “é preciso desnaturalizar a violência e transformá-la em um problema. É preciso tornar o familiar, estranho” (BEZERRA JÚNIOR, 2003, p.44). Assim, a violência deve ser tratada como um problema que atinge a sociedade em geral, pois a violência não engloba apenas as questões de segurança, mas sim o contexto social das pessoas.

Somente quando pudermos encarar a violência como sintoma de nossa sociedade estaremos preparados para operar sobre suas causas. O problema da violência não será resolvido enquanto insistirmos em tratá-lo como uma mera questão de segurança, ou de polícia. (BEZERRA JÚNIOR, 2003, p. 59).

A mídia possui papel relevante na propagação da violência e na disseminação do medo e insegurança, pois realiza tal propagação com a transformação dos fatos, os tornando atrativos e chocantes ao público – a espetacularização da mídia –, sendo essa atitude geradora do medo e da insegurança. Por isso, a “mídia é amplamente reconhecida como um elemento estratégico na produção simbólica das violências [...]” (RIFIOTIS, 1999, p. 30).

Então, embora contribua na divulgação de fatos muitas vezes não contemplados nos dados oficiais, a mídia, sobretudo televisiva, tenta mostrar uma imagem de mal-estar e de medo quando mostram a violência. Segundo Sodré (2003), isso se deve pela atração que a mídia tem pela violência devido a possibilidade de encenação. Portanto, a mídia utiliza da violência como uma forma de atrair ao público, escandalizando os acontecimentos.

Dessa forma, “o discurso da imprensa escrita segue, portanto, uma lógica não cronológica, mas hierárquica, de tal modo que o que vem primeiro é o mais importante” (RIFIOTIS, 1999, p. 31). Outra consequência gerada pela mídia é em relação à propagação da ideia errônea de que a pobreza está associada à violência ou vice-versa.

Para aqueles que afirmam a associação de pobreza e violência os argumentos estão centrados na existência de uma massa de sujeitos tangenciando o informal e o ilegal, vivendo uma situação de precariedade material e instabilidade, o que gera sentimentos de insegurança e desamparo propícios a uma saída violenta. Pelo menos, esta parece ser a hipótese apresentada na mídia, uma vez que a máxima ocorrência de crimes é relacionada a áreas em situação de pobreza. (OLIVEIRA et al, 2004, p. 92).

Nessa ótica, de acordo com Soriano (2007), associar a pobreza à criminalidade é uma ideia frágil, reacionária e perversa. Com isso a propagação da ideia de que a pobreza gera a violência não passa de uma informação propagada pela elite para alcançar os seus objetivos punitivos. Portanto, “[...] a pobreza, isoladamente, não se caracteriza como um elemento indutor” (OLIVEIRA et al, 2004, p. 93).

Assim, Adorno (2002, p. 110) pontua que “[...] a hipótese de que a pobreza e a desigualdade aumentam a violência se fundamenta em teorias que se referem basicamente aos autores de crimes, não às vítimas”. A teoria de que a pobreza é geradora também pode ser contestada tendo em vista que “os grandes atos criminosos necessitam de um nível de sofisticação e de recursos, o que inviabiliza o criminoso mais humilde de certas ocorrências” (SORIANO, 2007, p. 19).

Os contextos social e ambiental devem ser analisados para levar em consideração as motivações para a incidência da violência em determinados locais. Nos espaços físicos deteriorados, observam-se altas taxas de crime, dessa forma, os níveis de criminalidade se explicam pela natureza da vizinhança, ou seja, pelo – determinismo ambiental – e não pela natureza dos sujeitos – determinismo biológico (OLIVEIRA et al, 2004). Então, ao contrário do que querem colocar, é preciso considerar a vitimização dos habitantes expostos nessas áreas, seja pela precariedade das condições de vida, seja pela violência que enfrentam, especialmente do Estado e das classes mais favorecidas (OLIVEIRA et al, 2004). Nesse sentido, o real problema da violência associada à pobreza está na criminalização dos pobres.

Logo se percebeu que a associação mecânica entre pobreza, crime e violência suscitava mais problemas do que os solucionava. Afinal, embora a maior parte dos delinquentes proviesse das classes trabalhadoras urbanas pauperizadas, maior parte desses trabalhadores, submetidos às mesmas condições sociais de vida, não enveredava pelo mundo do crime. O problema não residia na pobreza, porém na criminalização dos pobres [...]. (ADORNO, 2002, p. 109).

A partir dessa análise, visualiza-se que a criminalização da pobreza não passa de um equívoco. Logo, “mesmo considerando a influência das situações de carências e necessidades nos conflitos e desajustes sociais, devem-se evitar interpretações simplistas de criminalização da pobreza, uma causalidade sem grandes sustentações teóricas” (FELIX, 2008, p. 3).

Então, visualiza-se um isolamento das classes mais favorecidas, territorialmente e simbolicamente, sendo possível identificar tal isolamento por meio dos condomínios fechados, que são criados com o intuito de substituírem as pontes e o fosso dos castelos medievais pelos obstáculos eletrônicos (OLIVEIRA et al, 2004).

E, diante das limitações da ação estatal, adota iniciativas privadas que acentuam a segregação social pelo cerceamento de espaços públicos, pelo isolamento residencial (condomínios de classes médias e altas) e, o mais grave, pela formação de guetos e grupos organizados na criminalidade. Tais atitudes alimentam o ciclo de violência (como no caso da ação policial e atitudes populares de justiça pelas próprias mãos). (FELIX, 2008, p. 3).

Tendo em vista que o isolamento, nas classes mais favorecidas, são realizados de forma voluntária e, em contraponto, entre os menos favorecidos observa-se uma segregação espacial do tipo compulsória (OLIVEIRA et al, 2004). Nessa perspectiva, verifica-se que a pobreza só é fonte de violência na medida em que a riqueza econômica e o consumo se tornam valores hegemônicos (BEZERRA JÚNIOR, 2003).

Como o Brasil é caracterizado pela elevada concentração de renda, a qual está associada à desigualdade em diferentes âmbitos, as cidades parecem responder a esta lógica, o que fica mais ou menos evidente em expressões usadas como “cidade partida”, “cidade sitiada”, “apartheid social” etc. (OLIVEIRA et al, 2004, p. 94).

No entanto, hoje se vive um capitalismo moderno que impõem a violência e a dominação pela força como modo de acumulação do capital (MISSE, 2003). E é justamente nesse cenário de acumulação de capital que o Brasil se encaixa, pois o país “[...] continua a ter o pior índice de concentração de renda entre todos os países do mundo com mais de dez milhões de habitantes” (ADORNO, 2002, p. 113).

Em meio ao cenário atual, pode ser observado que o “bem-sucedido” está diretamente voltado às experiências e à satisfação pessoal em adquirir e ostentar bens de consumo (BEZERRA JÚNIOR, 2003). Nessa ótica, Sodré (2003, p. 36) pontua que “o poder do capital jamais pode sustentar-se de algum modo que não seja pela violência”. Portanto, relacionando a acumulação do capital com as precárias condições de vida em que muitos cidadãos se encontram e também devido ao isolamento propiciado pelo baixo investimento do Estado em políticas sociais (OLIVEIRA et al, 2004). Com isso, surge a premissa de que “quando o ambiente não é capaz de oferecer destinos aceitáveis para a agressividade inerente a toda vida saudável, é a violência que entra em seu lugar” (BEZERRA JÚNIOR, 2003, p.55).

Atualmente, observa-se com maior frequência a relação entre a violência e a cidade, onde por vezes a cidade é vista não apenas como um cenário, mas como um dos principais motivos do aumento das condutas violentas (OLIVEIRA et al, 2004).

Sabe-se que além de desencadear vultuosos impactos econômicos, sociais e culturais, a violência urbana tem operado como um importante agente de transformação e reorganização geográfica, modificando o espaço e seus significados. (DINIZ; RIBEIRO, 2005, p. 79).

A consequência da violência presente nas cidades é visualizada, principalmente, pelos crimes, que também podem ser observados por vários significados e percepções,

sendo que a percepção da violência mais comum é a relacionada aos delitos mais violentos, como a utilização de força física e armas de fogo (SORIANO, 2007).

A questão do crime também se mostra muito variada e diversificada, apresentando várias formas e pesos para cada sociedade. Tanto pode ser considerado como crime o tráfico de drogas quanto os chamados crimes de colarinho branco, assim como uma agressão física. (SORIANO, 2007, p. 15).

Assim, “a atuação criminosa decorre de leis que a define. Neste sentido, a amplitude das ações criminosas é muito grande e a sociedade apresenta respostas diferentes para cada crime” (SORIANO, 2007, p.13). Nesse sentido, Adorno (2002) pontua que, no Brasil, tudo parece indicar que as taxas de impunidade são mais elevadas para crimes que constituem graves violações de direitos humanos.

Em relação à criminalidade, as suas características multiforme, multicausal e multifacetada exigem análises dos seus componentes de justiça criminal (Lei, crime, ofensor, ofendido e ambiente), tratando os conflitos sociais além dos modelos e padrões institucionais, percebendo-os no âmbito de outras variáveis sociais de qualidade de vida. (FELIX, 2008, p. 3).

Logo, compreende-se que a criminalidade, juntamente com a violência, deve ser tratada com os devidos cuidados, de modo que sejam promovidas soluções efetivas e não soluções paliativas, que ao invés de resolver o problema acabam agravando ainda mais a situação (FELIX, 2008). Nessa perspectiva, visualiza-se que a Justiça não é vista, pelos cidadãos, como instrumento adequado de superação dos conflitos sociais (ADORNO, 2002).

A violência contra a sociedade desigual, a negação do Estado autoritário, a violência como estratégia de sobrevivência e os múltiplos sucedâneos quotidianos da arbitrariedade e da impunidade contribuíram para a formação de uma cultura da impunidade e do descrédito, cujas conseqüências são o medo, o sentimento de insegurança e a desconfiança nas instituições. (RIFIOTIS, 1999, p. 40).

Nesse abordagem, verifica-se a necessidade de criação de políticas públicas voltadas às soluções dos problemas relacionados à violência. Assim, “a construção de índices e sua representação espacial é uma poderosa ferramenta para traçar políticas públicas. A informação geográfica (...) ainda é um poderoso meio de demonstração dos problemas criminais” (FELIX, 2008, p. 5-6). Porém, enquanto não modificar a forma tradicional de focalizar o combate ao crime, não haverá mudanças no cenário brasileiro.

A dinâmica criminal promove transformações – arranjos e desarrajos – espaciais. Conhecê-la e interpreta-la à luz de teorias que vão além do ato em si, mas consideram o rol de carências, frustrações e fragmentações das

relações sociais, é o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas menos contagiadas pelo discurso do poder. (FELIX, 2008, p. 5).

Dessa forma, surgem desafios, como o de “reprimir sem o abuso de autoridade (arbítrio estatal), e com formas democráticas de intervenção que não produzam mais violência” (FELIX, 2008, p. 4). Percebe-se, então, que os governos utilizam de instrumentos para exercer o controle e a repressão da violência, como a polícia que tem papel de garantir a segurança pública e muitas vezes age com mais violência (MISSE, 2003).

Nesse sentido, observa-se que “a participação crescente de membros da polícia nos indicadores de violência pode ser um sintoma de que a polícia está usando a violência para o controle social” (FELIX, 2008, p. 3). Portanto compreende-se que a “violência policial” deixou as ruas escuras e a proximidades das favelas e invadiu a vida privada, mas como um espetáculo (RIFIOTIS, 1999).

[...] as políticas na área deveriam priorizar o aumento do capital social, em iniciativas de valorização da cidadania na execução de seus programas, como no caso da implantação da polícia comunitária enquanto uma nova filosofia de comportamento integrado com a sociedade. (OLIVEIRA et al, 2004, p. 98).

Nesse mesmo sentido, Fernandes (2017) aborda a ausência e/ou insuficiência dos serviços públicos de segurança e propõe como solução o avanço em programas de instalação da polícia comunitária e do bombeiro comunitário. Desse modo, entende-se que a criação de políticas públicas se faz importante para erradicar os sentimentos de medo e insegurança.

Efetivamente, o assunto não se esgota e é preciso continuar as leituras e as percepções sobre ele em diferentes análises sociais. Ou seja, é importante reconhecer que cada pessoa visualiza a violência de uma forma muito particular.

3. Tipologias de violência

A violência não deve ser generalizada, pois existem inúmeros tipos de violência, ou seja, “nós temos que distinguir as violências, pois ela pode estar associada à delinquência de rua, a criminalidade geral, pode estar associada ao crime organizado, mas existe também, a violência doméstica; a violência das interações pessoais” (SILVA, 2003, p. 132).

Portanto, “embora a violência seja a mesma, existem diversas formas e modelos de como a mesma venha a se manifestar” (ZISMAN, 1993, p. 43). Assim, apresentam-se as

tipologias de violência, reconhecendo que elas representam uma parte da totalidade, já que, como já apresentado, as manifestações violentas são inúmeras.

As dez tipologias apresentadas e destacadas neste trabalho são: violência contra a pessoa, violência no seio da família, violência no trabalho, violência no trânsito, violência na escola e na cultura, violência das discriminações, violência nos esportes, violência nos serviços de saúde, violência policial e violência contra o patrimônio.

A violência contra a pessoa é a primeira que se destaca. Segundo Zisman (1993, p. 44), uma pessoa é compreendida como “o ser humano em toda a plenitude: física, psicológica e moral. Ressalte-se que os seus direitos fundamentais espelham a sua dignidade. Toda e qualquer violação a este princípio constitui um atentado”. Assim, considera-se violência contra a pessoa a busca em tirar a consciência, a liberdade, domesticá-la, explorá-la, promover a perda do autodomínio, manipulá-la, intimidá-la, reprimi-la ou até mesmo favorecer a perda de sua autoestima (ZISMAN, 1993).

Brilha um valor dominante, uma constante axiológica do justo, que é o valor da pessoa humana. O indivíduo deve ceder ao todo, até e quando não seja ferido o valor da pessoa, ou seja, a plenitude do homem. Toda vez que se quiser ultrapassar a esfera da personalidade levará ao arbítrio. (ZISMAN, 1993, p. 44).

A segunda tipologia de violência é a contra a família. Atualmente, ela atinge todas as áreas da vida de um indivíduo, ou seja, encontra-se inserida no cotidiano do indivíduo e acaba invadindo o seu próprio lar (ZISMAN, 1993). Essa violência engloba uma série de situações:

(...) habitação, precariedade de instalações domésticas, falta de emprego ou sub-emprego, fome, opressão, miséria, marginalização, espancamentos, autoritarismo, vícios, alcoolismo, separações, apelos dos meios de comunicações ao consumismo, carência de afeto, de diálogo, da aceitação de si mesmo, abandono dos filhos, falta de companheirismo e, nas classes mais abastadas, o êxito social e o vencer na vida a qualquer preço, são geradoras da violência intra-familiar e além dela mesmo, independente da classe ou origem social. (ZISMAN, 1993, p. 45).

A violência no trabalho é a terceira abordada neste trabalho. Teoricamente, o progresso deveria oferecer uma melhor qualidade e quantidade na oferta de trabalho. No entanto, o que observa-se: “baixos salários, insalubridade, insegurança, doenças profissionais, jornadas muito longas ao lado de deficiências nutricionais, sanitárias, instabilidade no emprego, mal-atendimento, competição, despersonalização e burocratização” (ZISMAN, 1993, p. 45).

Já a violência no trânsito, quarta abordada, ocorre em grande parte das cidades brasileiras. Uma leitura refere-se aos transportes urbanos públicos que vêm mostrando

tamanho deficiência em relação aos tempos de deslocamento, aos baixos níveis de qualidade dos veículos e aos elevados gastos com os transportes, em relação à renda (ZISMAN, 1993). Além disso, existe a violência do transporte particular, desde a poluição até a vulnerabilidade do pedestre.

O quinto tipo de violência é a da escola e da cultura. Essa violência se manifesta na ausência de creches suficientes e por meio da falta de escolas superiores gratuitas, sendo visualizada por meio do desprezo pelos menos favorecidos e por uma manifestação por meio do elitismo (ZISMAN, 1993).

Destaca-se também, a vida cultural da cidade privilegia a cultura erudita, secundarizando a cultura popular. Não encontrando espaço para própria cultura, o jovem é violentado na destruição do seu passado histórico, sendo isto uma forma de violência cultural, abandonando a escola que já o tinha rejeitado previamente. (ZISMAN, 1993, p. 45 - 46).

A violência das discriminações compõe a sexta explicação de tipologia. Nela, os casos ocorrem contra os pobres, as mulheres, as pessoas com necessidades especiais, os homossexuais, as garotas de programa e os idosos (ZISMAN, 1993). Também se inserem os grupos étnicos, como negros e indígenas.

A discriminação particular contra a mulher é fruto da discriminação sexista, para referir apenas a uma das formas das muitas disseminadas contra a mulher. (...). A violência contra a mulher tomou tamanho vulto que estão aumentando o número de delegacias especializadas. (ZISMAN, 1993, p. 46).

A sétima tipologia refere-se à violência nos esportes. “O clube presta-se à socialização. Porém, a violência dentro e fora de campo, a rivalidade entre torcidas passou a ser outra forma de violência” (ZISMAN, 1993, p. 46). A violência dos serviços de saúde representa uma tipologia comum no Brasil. Por mais paradoxal que pareça, nem mesmo os serviços de saúde estão livres da violência, pois a falta de ampliação dos equipamentos de saúde, as filas, as dificuldades ao acesso, a burocratização, as consultas rápidas, a péssima comunicação entre o médico e o paciente, dentre vários outros problemas, devem ser vistos como um verdadeiro crime contra a pessoa (ZISMAN, 1993). São também violências nesse sentido: a falta de manutenção dos serviços de saúde, as diferenças entre as classes sociais, os doentes pagantes e não pagantes, a desigualdade entre a medicina estatal e particular e a separação da medicina curativa da preventiva (ZISMAN, 1993).

A violência decorrente da ação da polícia também é um tipo de violência. Nesse sentido, a polícia precisa rever os seus métodos de atendimento à população. Nesse cenário, as classes menos favorecidas, geralmente, são as vítimas mais indefesas, pois se

tornam suspeitos e marginais pelas autoridades policiais (ZISMAN, 1993). A violência policial gera questionamentos como a própria desmilitarização da polícia no Brasil.

Manter a população desinformada quanto às falhas de certos serviços de policiamento, deve ser considerada como promotora de insegurança a nível individual e coletivo, sendo também uma forma de violência contra o cidadão, que passa a olhar a polícia como outra fonte de insegurança, já em expectativa de se considerarem a próxima vítima. (ZISMAN, 1993, p. 48).

Finalmente, a última tipologia destacada por este trabalho, é a contra o patrimônio. Ela, segundo Zisman (1993, p. 48), considera a “incidência, em escala ascendente, de homicídios, estupros, assaltos, latrocínios, extorsões e sequestro, gera a expectativa das pessoas julgarem-se a vítima subsequente”. Portanto, os crimes contra o patrimônio dirigem-se tanto aos particulares (casas, carros, dinheiro, etc.) como até os públicos (instituições, logradouros, monumentos, iluminação e telefones públicos).

4. “Perdeu, perdeu!”: a face da violência em Itambaracá (PR)

Esta parte empírica tem como foco apresentar a face da violência na pequena cidade de Itambaracá, no Norte do Estado do Paraná. O objetivo é demonstrar que a violência não ocorre da mesma forma e intensidade nas localidades. É preciso analisar cada contexto local para entender as faces da violência. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, já explicada nos procedimentos metodológicos, com questões que contemplasse o perfil dos respondentes, a percepção deles quanto à existência da violência, a avaliação da segurança pública e, principalmente, os tipos de violência que já enfrentaram. A aplicação dos questionários ocorreu na área central de Itambaracá, retratada na Figura 3.



FIGURA 3. Itamaracá (PR). Área central da cidade, 2016. Fonte: Google Maps (2016).

“Perdeu, perdeu!” é uma expressão muito usada nas práticas de roubos nas cidades brasileiras. É essa a face da violência em Itamaracá.

O perfil dos respondentes da localidade contemplou as diversas faixas etárias, sendo que eles respeitaram a proporção da pirâmide etária do município, considerando o último censo (IBGE, 2010). Logo, as proporções demonstram que os questionários foram direcionados as diversas faixas etárias: 20% para as faixas de 30-39 anos, 40-49 anos e 60 anos ou mais; 24% para respondentes de 18-29 anos e 16% para pessoas com 50-59 anos; do total dos respondentes, 64% foram homens e 36% mulheres.

O Gráfico 1 apresenta a percepção dos respondentes de Itamaracá sobre a existência da violência na cidade. Os resultados mostram que 70% dos respondentes reconheceram a existência da violência em Itamaracá e 30% não a reconheceram. A proporção elevada de respondentes que reconheceram a existência da violência na pequena cidade corrobora os dados de homicídios, no período de 1998 e 2013, que revelaram que o município apresentava a maior taxa de homicídios entre os 46 municípios que compõem a região do Norte pioneiro paranaense, conforme validou Fernandes (2017).

Já o Gráfico 2 expõe a classificação da cidade de Itamaracá quanto à segurança pública a partir da análise dos respondentes, que tinham quatro opções de respostas: “altamente segura”, “segura”, “insegura” e “altamente insegura”. As respostas de insegurança prevaleceram com 56%, sendo 42% para “cidade insegura” e 14% para “cidade altamente insegura”. Apesar disso, 44% dos respondentes consideraram a cidade com

perspectivas positivas, sendo 40% para “cidade segura” e 4% para “cidade altamente segura”.

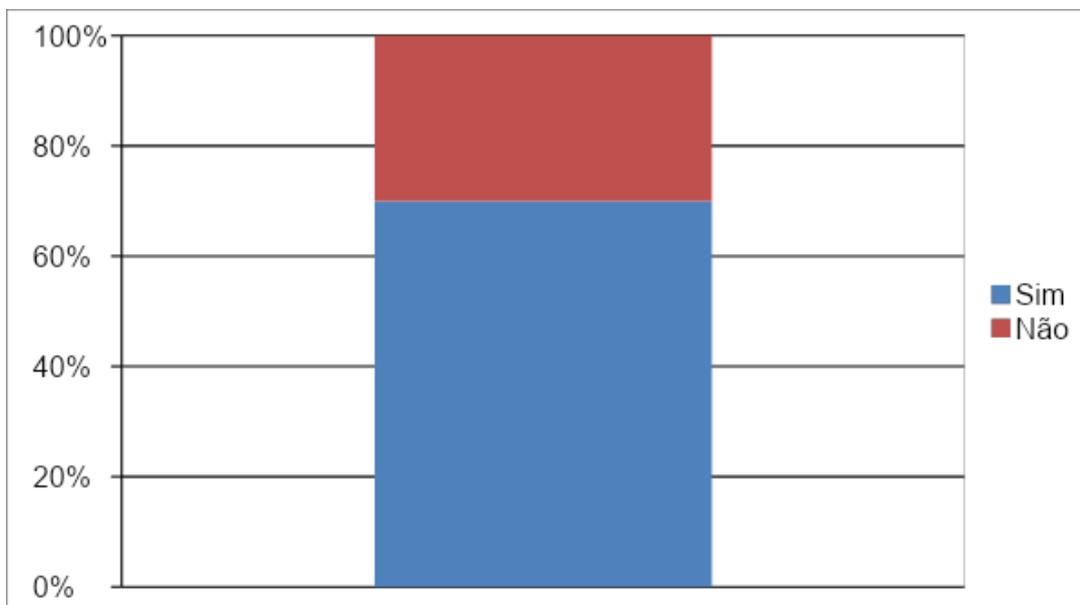


GRÁFICO 1. Itamaracá (PR). Existência da violência na cidade. Fonte: Trabalho de campo (2016)

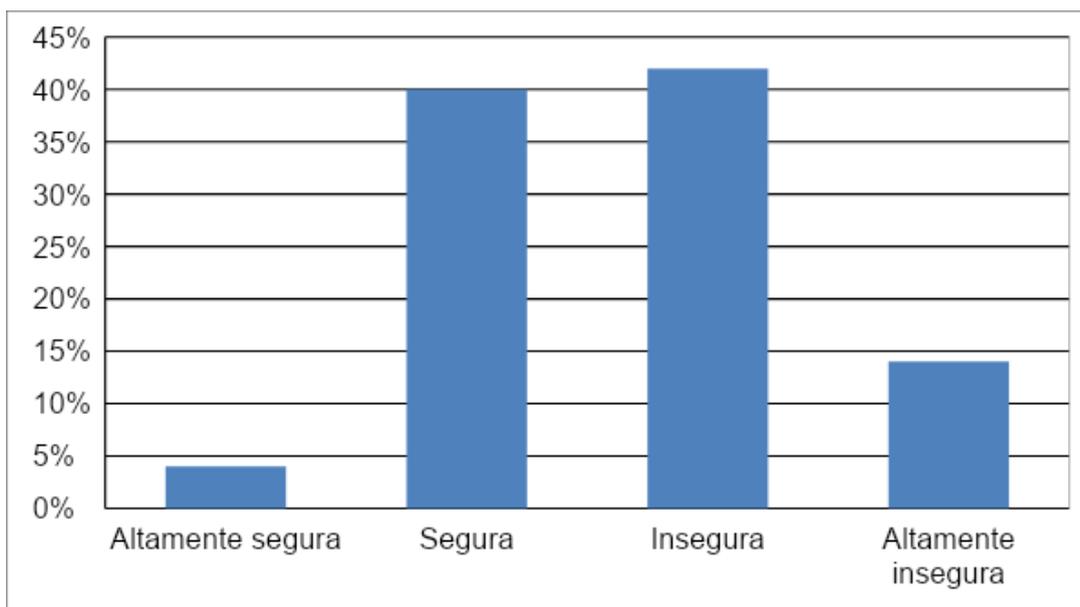


GRÁFICO 2. Itamaracá (PR). Classificação da cidade quanto à segurança pública. Fonte: Trabalho de campo (2016)

O Gráfico 3 apresenta a proporção de respondentes de Itamaracá que enfrentaram algum caso de violência na localidade. É importante esclarecer que os respondentes deveriam considerar os casos em que não haviam reportado às autoridades policiais,

chamadas de subnotificações. Em relação à pergunta sobre o respondente já ter sofrido algum tipo de violência, 56% afirmaram que já sofreram com pelo menos um tipo de violência e 44% indicaram que nunca sofreram com a violência. Portanto, a maioria deles passou por situações de violência. Efetivamente, os dados mostram que existe a violência na cidade e as pessoas consideram-na insegura. Além disso, a maioria dos respondentes, com quase 60%, já passou, em Itamaracá, por alguma ocorrência violenta.

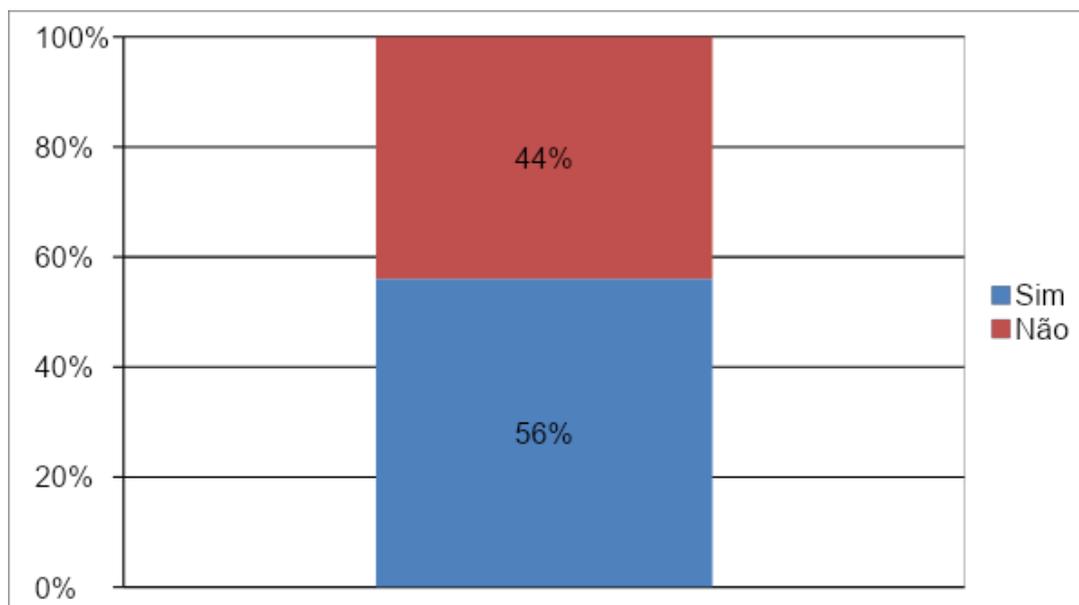


GRÁFICO 3. Itamaracá (PR). Já sofreu com algum tipo de violência? Fonte: Trabalho de campo (2016)

Os dados, na sequência, apresentam os resultados específicos acerca das tipologias de violência enfrentadas pelos respondentes de Itamaracá para entender qual é a face da violência na pequena cidade. Dessa forma, inicia-se pelo Gráfico 4, que demonstra a proporção de respondentes que passaram por algum tipo de agressão (física, verbal e psicológica) em Itamaracá.

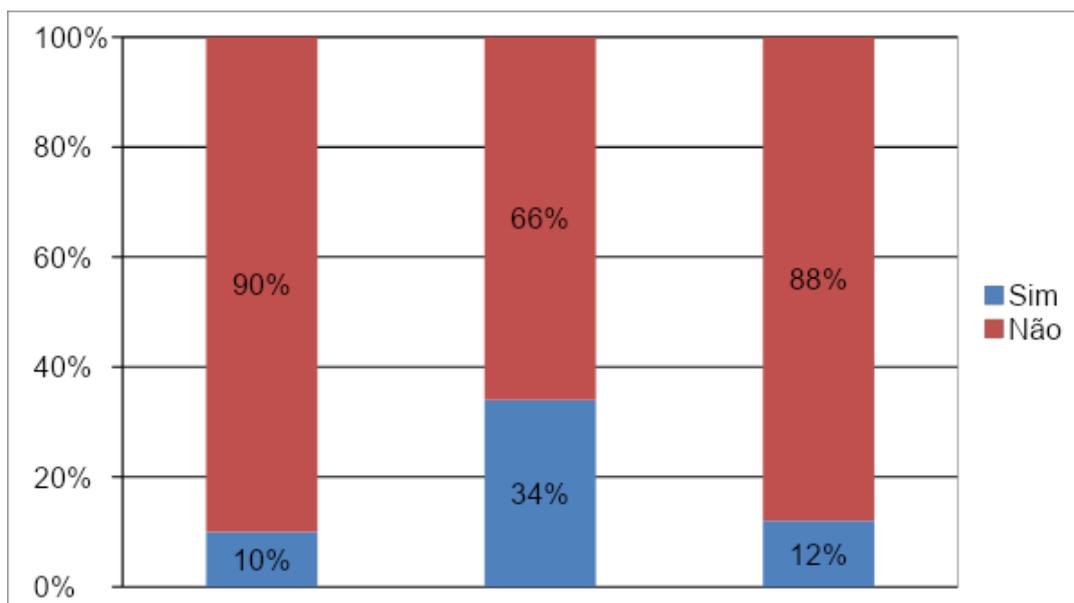


GRÁFICO 4. Itamaracá (PR). Violência: agressão (física, verbal e psicológica). Fonte: Trabalho de campo (2016)

No caso da agressão física, 10% dos respondentes passaram por essa violência e 90% nunca foram agredidos. Já em relação à agressão verbal, pouco mais de um terço dos respondentes já sofreram esse tipo de violência. É fundamental ressaltar que vários respondentes pontuaram que não consideram agressões verbais, como xingamentos, como uma violência. Finalmente, em relação à agressão psicológica, pode ser visualizado que 12% dos respondentes sofreram com esse tipo de violência e 88% não enfrentaram tal situação. Em relação à discriminação, observa-se que apenas 8% dos respondentes já sofreram com esse tipo de violência, sendo dois tipos citados pelos respondentes: discriminação religiosa e de gênero.

O Gráfico 5 retrata a proporção de respondentes que já foram furtados e/ou roubados em Itamaracá. É importante salientar que os respondentes foram esclarecidos sobre a diferença conceitual entre os roubos e furtos para que os dados não deturpassem a realidade local quanto ao assunto.

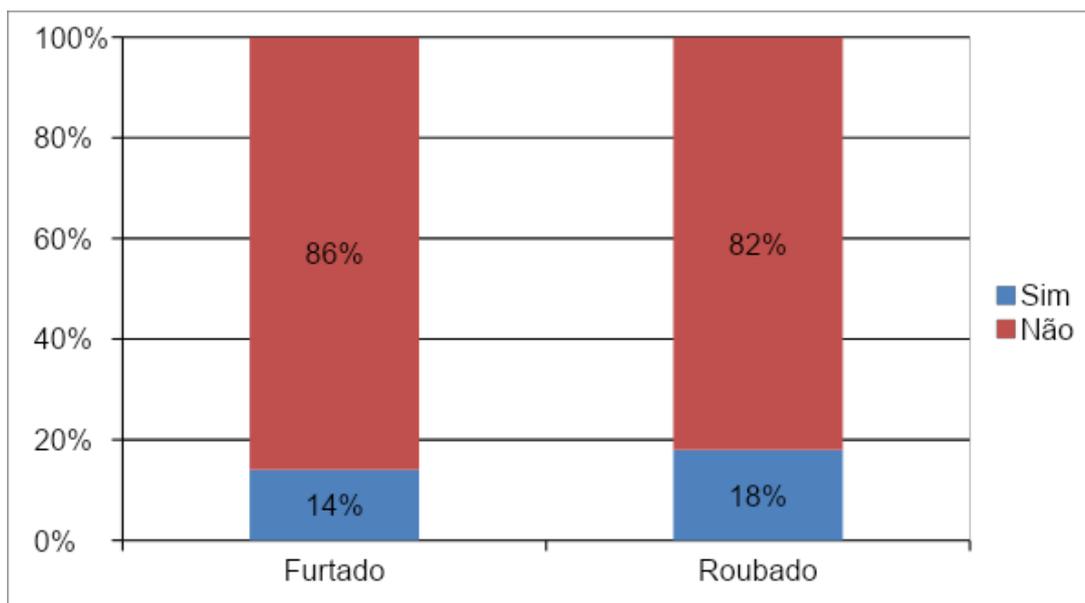


GRÁFICO 5. Itambaracá (PR). Violência: furtos e roubos. Fonte: Trabalho de campo (2016)

Os dados revelam que 14% dos respondentes já foram furtados pelo menos uma vez em Itambaracá e 86% nunca foram furtados. Já em relação aos roubos, 18% dos respondentes já foram roubados e 82% não foram roubados. O roubo é uma violência mais grave e os respondentes foram mais roubados do que furtados, portanto, acaba deixando mais sequelas no imaginário local sobre a violência.

Em relação à pergunta se o respondente já foi sequestrado, os dados demonstraram que nenhum dos respondentes foi sequestrado, representando o primeiro tipo de violência que não teve casos reais.

O Gráfico 6 enaltece a proporção de respondentes que já sofreram tentativa de homicídio em Itambaracá. Esse tipo de violência é considerado gravíssimo, pois atenta contra a vida da pessoa. Os resultados demonstram que 4% dos respondentes já enfrentaram tentativa de homicídio; apesar de pequeno, deve ser analisado com muita preocupação, já que ele se aproxima da maior tipologia de violência, amplamente reconhecida na literatura nacional e internacional: o homicídio.

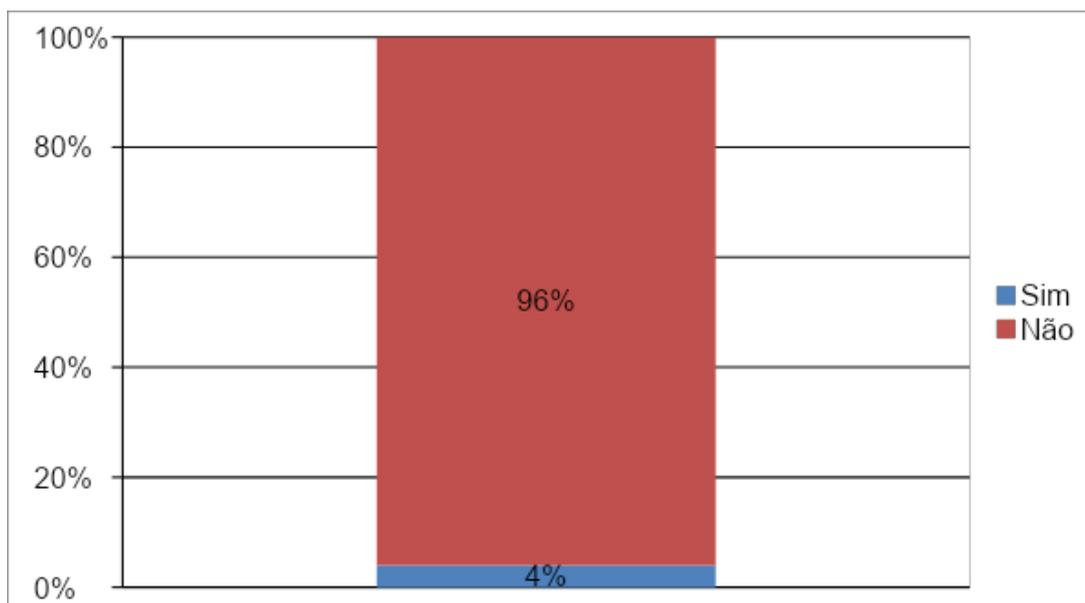


GRÁFICO 6. Itambaracá (PR). Violência: tentativa de homicídio. Fonte: Trabalho de campo (2016)

É fundamental pontuar que a taxa de homicídio em Itambaracá, considerando o período 1996 a 2013, ficou em 577,01 para cem mil habitantes (FERNANDES, 2017). Pontuando os anos de 1997, 2003, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 apresentaram os piores indicadores, variando de três a cinco casos por ano. Apenas em 1998, 1999 e 2002 não houve caso de homicídio. Analisando os anos, é possível concluir que os casos aumentaram consideravelmente nos últimos anos: enquanto o município teve seis homicídios nos cinco primeiros anos da série, ele apresentou 18 homicídios nos últimos cinco anos, um aumento de quase quatro vezes (FERNANDES, 2017).

O Gráfico 7 apresenta a proporção de respondentes de Itambaracá que enfrentaram alguma violência policial.

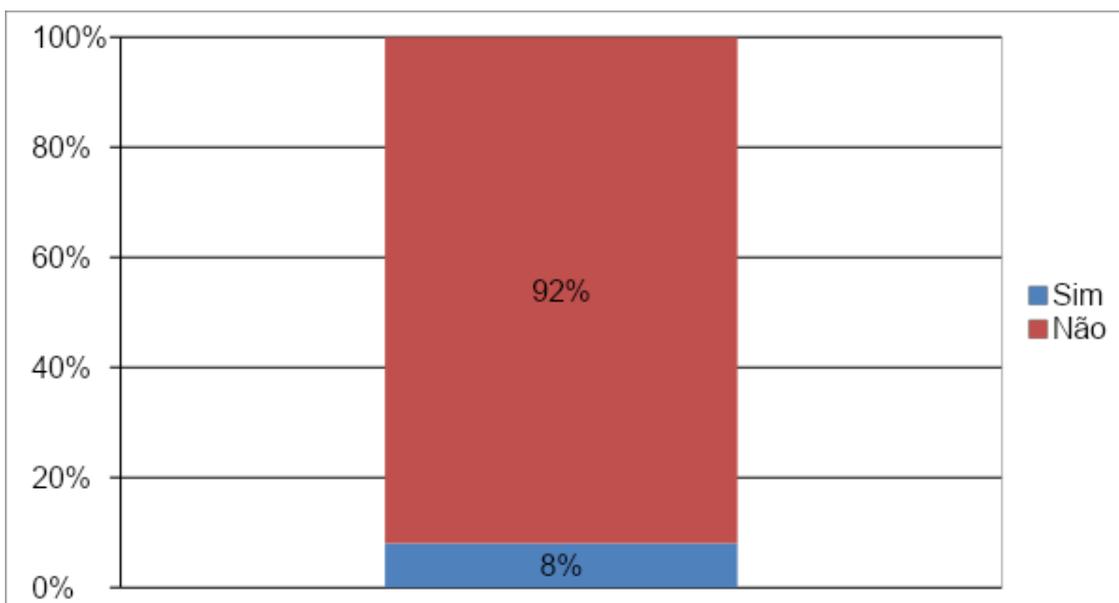


GRÁFICO 7. Itambaracá (PR). Violência: policial. Fonte: Trabalho de campo (2016)

Os resultados mostram que com relação à violência policial, 8% dos respondentes sofreram esse tipo de violência e 92% nunca sofreram. Esse dado corrobora o debate acerca da desmilitarização da polícia no Brasil ou, no mínimo, sobre a condução dos policiais em algumas abordagens e/ou ações policiais.

Diante da confluência dos dados já apresentados, o Gráfico 8 retrata a proporção de respondentes de Itambaracá que têm medo de residir na pequena cidade.

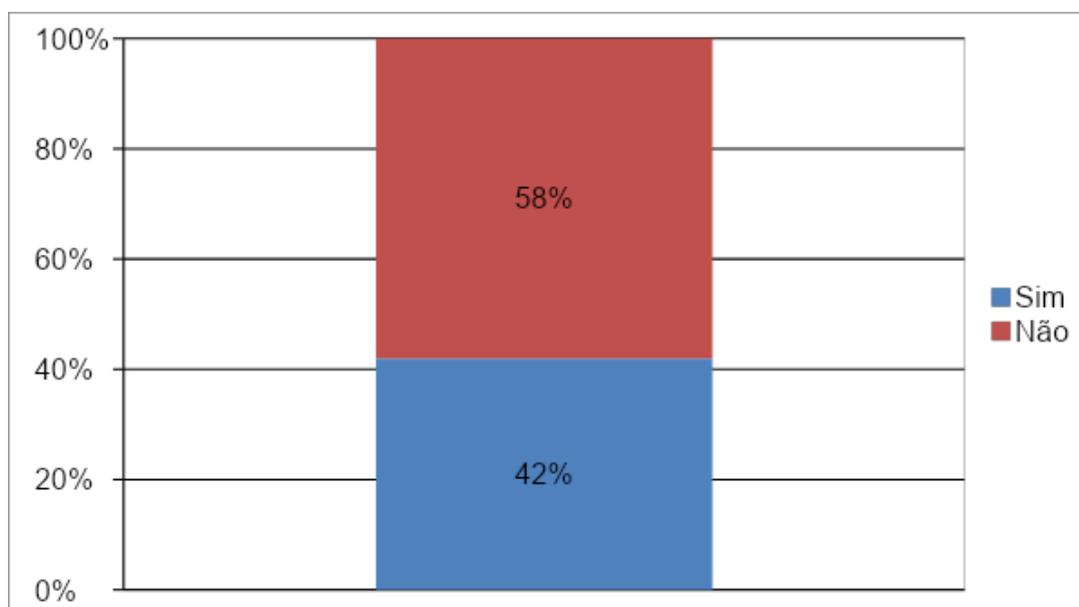


GRÁFICO 8. Itambaracá (PR). Sente-se inseguro(a) de morar na cidade? Fonte: Trabalho de campo (2016)

Esses dados mostram que 42% dos respondentes sentem-se inseguros em Itamaracá e que 58% dos respondentes se sentem seguros em morar na cidade. Logo, há uma proporção considerável de pessoas que tem medo de morar na pequena cidade. O sentimento de insegurança, segundo Fernandes (2012), engloba as chamadas influências internas (psicológicas) e externas (eventos do meio em que se vive). Então, o sentimento de insegurança urbana ocorre “quando um indivíduo ou um grupo de pessoas se sente inseguro em determinado espaço urbano ou em alguma localidade, por qualquer motivo que seja, real ou não” (FERNANDES, 2012, p. 60). Logo, “a noção de sentimento é abstrata, difícil de descrever com precisão, e varia no período, no tempo e na intensidade de pessoa para pessoa” (FERNANDES, 2012, p. 61).

5. Considerações finais

A violência está presente na sociedade atual e, como consequência, se apresenta de forma visível nas cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes (metrópoles). O problema da violência pode ser visualizado na cidade pequena de Itamaracá por meio de diversas manifestações de tipos de violência, desde as agressões verbais, que muitas vezes são naturalizadas na sociedade brasileira como uma “não-violência”, até as tentativas de homicídios, que se aproximam da violência máxima, o homicídio, que vai contra a vida de uma pessoa. É importante retomar que esses dados do campo sincronizam-se com a altíssima taxa de homicídio que a cidade tem, sendo a maior dentro de uma região com quase cinquenta municípios.

Outro fator observado foi justamente em relação à percepção do morador, aos relatos que eles fizeram acerca do problema da violência e da insatisfação de muitos com as políticas públicas. Logo, mediante as análises dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados, visualizou-se que na cidade de Itamaracá a maioria dos respondentes, com 70% do total, declarou existir violência. Em relação à segurança, pode ser percebido que a pequena cidade foi classificada como insegura por 42% dos respondentes.

Partindo para a análise das faces da violência, observou-se que mais de 50% dos respondentes já sofreram com algum tipo de violência, sendo a agressão verbal o tipo de violência que os respondentes mais sofreram, totalizando 34%; na sequência, apareceram: roubo, com 18%, furto, com 14%, agressão psicológica, com 12%, agressão física, com 10%, discriminação, com 8%, violência policial, com 8%, e tentativa de homicídio, com 4%.

Em relação à pergunta sobre o respondente se sentir inseguro em morar na cidade, observou-se que 42% dos respondentes se sentem inseguros.

A aplicação dos questionários também revelou um lado mais qualitativo da pesquisa. Em Itamaracá, vários moradores relataram o descaso da polícia com a violência praticada por criminosos e traficantes, assim, como relatos de crimes, roubos, furtos, homicídios, latrocínios e da impunidade de alguns casos. Assim, visualiza-se que a violência é um problema que atinge as pequenas cidades de diferentes modos.

Por isso, geram-se algumas inquietações: “O que é feito para mudar esse cenário?”, “Quais são as medidas tomadas por um órgão governamental para diminuir a violência e os índices de criminalidade?”, “Quais são as políticas públicas que de fato são aplicadas?”. São perguntas motivadoras na continuação da pesquisa sobre violência em pequenas cidades.

O que se avança, por ora, é que não se deve tratar da violência como algo supérfluo e sem a devida atenção que merece, pois a violência é um problema grave e que precisa ser entendida a partir das suas múltiplas faces, as suas tipologias, e por múltiplos atores envolvidos, inclusive o capital e o Estado.

Referências

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias. Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul./dez., 2002, p. 84-135.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/868/86819566005/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 43-59.

DATASUS/SIM, Ministério da Saúde. **Sistema de Informação sobre Mortalidade.** 1996-2013. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> acesso em: 17 mar. de 2016.
DINIZ, Alexandre; RIBEIRO, Júlio Giovanni da Paz. **Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. Geosul, Florianópolis, v. 20, nº 40, p. 77-103, jul./dez, 2005.** Disponível em: <[http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/violência urbana nas cidades médias mineiras.pdf](http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/violencia_urbana_nas_cidades_medias_mineiras.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2016.

FELIX, Sueli Andruccioli. **LEVS/UNESP - Laboratório de Estudos da Violência e Segurança da Unesp: Proposta de Discussão Interdisciplinar e Globalizada.** 2008. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/610.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2016.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná.** 261 p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva. 2017. 525 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2017

GOOGLE MAPS. **Itambaracá (PR)**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>> acesso em: 12 jan. de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 3 mar. 2018.

. **Divisão Regional**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm> acesso em: 10 mar. de 2017.

ITAMBARACÁ, Prefeitura Municipal de. **Itambaracá**. 2016. Disponível em: <www.itambaraca.pr.gov.br>. Acesso em: 21 mai. 2016.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 19-31.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de et al. **Violência e Cidade: existiria uma geografia do crime? O público e o privado**, n. 4, **Julho/Dezembro**, p. 87-101. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3c17e7a5e79a2ac1a220da6c8ecbd071.pdf>> Acesso em: 15 set. 2016.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400004>. Acesso em: 15 set. 2016.

SILVA, Jorge. Violência(s) e direitos humanos. Ninguém é neutro. **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Orgs.). **Reflexões sobre a violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 33-41.

SORIANO, Érico. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: avaliação geral e o caso de Itirapina**. 157 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2007.

ZISMAN, Meraldo. **Violência a metamorfose do medo**. Recife: O Autor, 1993.